



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A História do Pensamento Econômico como Questão: A visão de HPE de Alfred Marshall			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Juliana Nascimento da Silva¹	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Mestranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
O artigo parte de um projeto de pesquisa que pretende entender como e por que a História do Pensamento Econômico pode ser lida e contada de tantas maneiras distintas, procura apresentar a visão de HPE de Alfred Marshall, um dos economistas mais influentes na academia inglesa entre o final do século XIX e início do século XX. Para este autor, o conhecimento caminha por uma via de mão única, compartilhando a visão largamente difundida de progresso linear da ciência.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
História do Pensamento Econômico; Alfred Marshall			
ABSTRACT			
The article, part of a research project that aims to understand how and why the History of Economic Thought can be read and told in many different ways, attempts to present Alfred Marshall's vision for the HET. He was one of the most influential economists in English Academy between the late nineteenth and early twentieth century. For this author, the knowledge goes through a one-way street, sharing the widespread view of linear progress of science.			
KEYWORDS			
History of Economic Thought; Alfred Marshall			

I - Introdução

Este artigo consiste num primeiro passo para um projeto de pesquisa bastante ambicioso. Tendo a História do Pensamento Econômico (HPE) como questão, o objetivo do projeto é procurar entender como e por que a HPE pode ser lida de tantas maneiras distintas, e até mesmo contraditórias. A suposição implícita é de que a HPE pode ser contada de diversas formas, a depender do ângulo pelo qual se olhe, e é exatamente nisso que se encontra a explicação para leituras completamente distintas sobre o(s) caminho(s) trilhado(s) pela ciência econômica. Nesse sentido, o desafio que vem à tona é investigar quais são esses possíveis “olhares” e, ainda, sobre que critérios analíticos, filosóficos e/ou epistemológicos eles se sustentam.

Sempre que é preciso classificar algo, surge a questão metodológica sobre que critérios utilizar. É fácil perceber que as classificações serão diferentes a depender dos diferentes critérios, sendo iguais apenas por uma coincidência estranha. Entretanto, afirmar que várias classificações são possíveis, ou, mais objetivamente, que várias leituras de HPE são possíveis, não quer dizer que

¹ Correio eletrônico: nascimento.ju.silva@gmail.com

“vale tudo”. Para estar atento a isso é necessário fazer uma leitura crítica das diversas visões, sempre procurando explicitar suas bases de sustentação.

Por se tratar de um tema demasiado amplo e complexo, a opção de iluminar um aspecto mais específico parece prudente. A idéia então é resgatar na literatura econômica as leituras que enfatizam alguma espécie de convergência teórica entre os autores clássicos e neoclássicos e, ao contrário, aquelas que sublinham uma ruptura entre eles.

A definição sobre quem são os clássicos e os neoclássicos também é um dos temas que o projeto de pesquisa pretende enfrentar, mas não será objeto de discussão deste artigo em particular. O objetivo deste texto é *apresentar*² a visão de HPE de Alfred Marshall (1842-1924), um dos economistas mais influentes na academia inglesa entre o final do século XIX e início do século XX, e que defende a noção de continuidade entre clássicos e neoclássicos.

Para Marshall, clássicos são os autores da Economia Política Inglesa, de Adam Smith a John Stuart Mill, passando por David Ricardo. Já a economia neoclássica pode ser vista como "o marginalismo com um reconhecimento sensato da contribuição remanescente da Escola Clássica" (MACHADO, 2007: 6). Esse pensamento parece sintetizar bem o que Marshall compreendia por neoclássicos: aqueles que, seguindo sua trajetória, combinam clássicos e marginalistas.

A leitura de Marshall sobre a história do pensamento econômico não é propriamente objeto de um dos seus trabalhos de maior fôlego, mas aparece circunscrita em toda sua produção intelectual, expressando-se muito mais na totalidade de sua obra do que em um texto específico. Entretanto, alguns apêndices de seus *Princípios de Economia (Principles of Economics)* – principalmente o apêndice B (O Desenvolvimento da Ciência Econômica) e o apêndice I (A Teoria do Valor de Ricardo) – e os trabalhos de alguns comentadores são de grande valia para este estudo.

Antes de tudo, é importante entender a trajetória intelectual e acadêmica de Marshall e sua relação com a economia enquanto objeto de estudo.

II – Marshall e a economia

² Como este texto é de fato o primeiro passo do projeto de pesquisa descrito, trata-se aqui de apresentar a visão do autor. Um tratamento mais sólido e crítico será dado posteriormente.

Marshall estudou em Cambridge, Inglaterra, onde se dedicou à matemática, à física e, posteriormente, à economia. Assim como toda a geração que aprendeu Economia Política na década de 1860, Marshall teve o primeiro contato com a disciplina por meio dos *Princípios de Economia Política* de John Stuart Mill. A obra de Mill dominou o pensamento britânico por praticamente quatro décadas desde sua publicação em 1848, sendo substituído apenas quando da publicação dos *Princípios de Economia* do próprio Marshall, em 1890. (MATTOS, 2010b)

O autor inicia os seus *Princípios* com uma breve caracterização e um rápido histórico do sistema baseado na livre iniciativa que passou a organizar a vida social a partir do final do século XVIII (Marshall denomina “sistema de livre iniciativa e indústria” o que outros chamam de “capitalismo”). Em sua caracterização desse sistema de liberdade econômica, a fim de distingui-lo dos demais, destaca alguns traços de caráter dos indivíduos que o compunham. No entanto, as características que escolheu enfatizar não foram as mesmas escolhidas por seus contemporâneos, como o egoísmo e a competição. Marshall até admitia que um aumento tanto de um como da outra acompanhou o surgimento e consolidação desse sistema, mas de forma alguma entendia que estes eram os elementos constitutivos dessa ordem. Para ele, era a deliberação e não o egoísmo o motor do sistema, a característica da era moderna. (MATTOS, 2010a)

Marshall acreditava que as atividades econômicas moldavam o caráter, o desejo e as necessidades dos homens, por isso o seu interesse em estudar economia. Seu principal objetivo era encontrar meios de aprimorar o caráter humano através da melhoria na sua condição material e de trabalho. Assim, a grande motivação do autor em relação à economia derivava, acima de tudo, do fato de esta ser para ele não só um estudo sobre a riqueza, mas uma parte do estudo do homem. (MATTOS, 2010a)

O apreço que Marshall nutria pelo sistema de liberdade econômica era decorrente da crença de que, além de gerar um enorme crescimento da riqueza, ele cumpriria o importante papel de aprimorar os homens. A idéia era de que, ao ir se consolidando, o sistema de livre iniciativa engendraria nos homens várias características desejáveis, como energia de caráter, racionalidade, iniciativa, frugalidade, empenho e condutas honradas (PARSONS apud MATTOS, 2010a). O progresso da natureza humana é, para Marshall, o núcleo do objetivo maior da investigação econômica.

III – A leitura da História do Pensamento Econômico feita por Marshall

Como o próprio autor indica, o apêndice B de seus *Princípios* constitui um curto esboço sobre o desenvolvimento da ciência econômica que não pretende ser uma história sistemática, mas somente indicar alguns dos caminhos que o pensamento econômico percorreu para chegar até ali.

À primeira vista, Marshall parece enxergar o eixo do desenvolvimento dessa ciência na teorização sobre os benefícios da liberdade econômica. Vejamos algumas passagens:

A primeira tentativa sistemática de formar uma ciência econômica sobre uma base firme teve lugar na França, em meados do século XVIII, levada a efeito por um grupo de estadistas e filósofos sob a liderança de Quesnay (...). Foram eles os primeiros a proclamar a doutrina da liberdade de comércio, ou livre câmbio, como um largo princípio de ação (...) (MARSHALL, 1985 [1890]: 335)

O próximo grande passo avante, o maior dado pela Economia, não foi obra de uma escola, mas de um indivíduo. Adam Smith não foi, é certo, o único grande economista inglês de seu tempo. (...) Mas a largueza de Adam Smith foi bastante para abarcar tudo o que havia de melhor entre os seus contemporâneos, franceses ou ingleses (...) E uma vez que foi o primeiro a escrever sobre a riqueza em todos os seus principais aspectos sociais, é o único nesse campo que pode ter direito a ser considerado como o fundador da Economia moderna. (...) Ele desenvolveu a doutrina fisiocrática da liberdade de comércio com tanta sabedoria prática e com tal conhecimento das condições reais dos negócios que a tornou uma grande força na vida real, e ficou amplamente conhecido aqui e no estrangeiro pela sua afirmação de que o Governo geralmente faz mal em interferir no comércio. (MARSHALL, 1985 [1890]: 336)

Entretanto, em momento posterior ele afirma que a doutrina da liberdade de comércio não foi a principal contribuição de Smith, e sim encontrar na teoria do valor um centro que deu unidade à ciência econômica.

(...) ele [Smith] foi o primeiro a realizar uma investigação metódica e científica sobre a maneira pela qual o valor mede as motivações da ação humana, medindo, de um lado, o desejo dos compradores de obterem bens, e, de outro, os esforços e sacrifícios (ou “Custo Real de Produção”) dos que os produziram. (MARSHALL, 1985 [1890]: 337)

Nesse sentido, Marshall sustenta em seguida que, em última análise, o mais influente dos sucessores imediatos de Smith foi Bentham, cuja influência levou ao estudo das tendências da ação do homem.

E os discípulos de Bentham não tardaram a concluir que não precisavam preocupar-se muito com o costume. Era suficiente para eles discutir as tendências da ação do homem, na suposição de cada um estava sempre alerta para achar o caminho que melhor servisse aos seus interesses, e que era livre e presto para segui-lo.” (MARSHALL, 1985 [1890]: 338)

O que Marshall tenta argumentar é que o tema da natureza humana tornava-se cada vez mais presente na economia, primeiro sem uma preocupação em estudar suas variações, mas depois, parcialmente devido à influência dos estudos biológicos posteriores, com uma crescente tendência a levar em conta a flexibilidade da natureza humana.

Por fim as especulações da Biologia deram um largo passo à frente: suas descobertas fascinaram a atenção do mundo como a dos físicos em anos passados; verificava-se uma marcante mudança de tom nas ciências morais e históricas. A Economia participou do movimento geral, e cada ano foi dando mais atenção à plasticidade da natureza humana e ao modo pelo qual o caráter do homem influi nos métodos existentes de produção, distribuição e consumo da riqueza, e é por eles afetado. A primeira indicação importante do novo movimento apareceu no admirável livro de John Stuart Mill, *Principles of Political Economy*.

Os discípulos de Mill continuaram o seu afastamento da posição tomada pelos imediatos seguidores de Ricardo, e o elemento humano, distinto do mecânico, passou a tomar lugar cada vez mais preeminente na Economia. (MARSHALL, 1985 [1890]: 342)

Marshall ressalta que essa nova tendência aparece, acima de todos, nos trabalhos de Jevons, “que conquistaram um lugar permanente e notável na história econômica pela sua rara associação de muitas e variadas qualidades do mais alto nível” (MARSHALL, 1985 [1890]: 342)

Chama atenção ainda para o desenvolvimento da análise: “Assim, pois, em todos os sentidos o raciocínio econômico é hoje mais exato do que era: as premissas admitidas em qualquer investigação são estabelecidas com precisão mais rigorosa que antigamente.” (MARSHALL, 1985 [1890]: 343)

Os parágrafos anteriores descrevem, portanto, o “progresso” que Marshall enxerga na Inglaterra, mas que, como o próprio autor afirma, estendeu-se a todo mundo ocidental, embora tenha dado origem a controvérsias em alguns países, como na Alemanha, onde se enfatizava um tratamento mais histórico da ciência. Para ele, a economia caminha para dar cada vez mais importância ao elemento humano.

Talvez tão importante quanto entender qual é o elemento central que guia o desenvolvimento da ciência seja perceber que, para Marshall, o conhecimento caminha por uma via de mão única, sempre em frente. Essa noção de progresso linear da ciência fica ainda mais clara no apêndice I de seus *Princípios*, em que defende a idéia de que o autor posterior tornou mais claro ou mais explícito o que o anterior não explicou ou admitiu, mas já queria dizer de alguma forma, que é exatamente como estabelece a relação entre Ricardo e Jevons, por exemplo.

Para Marshall, a afirmativa de Ricardo de que o valor dependia do custo de produção foi apenas negligente ao não explicitar que fazia parte de uma doutrina mais vasta, cujo restante tentou explicar. Marshall tenta a todo custo mostrar a importância da utilidade em Ricardo, afirmando que este autor admitiu a utilidade como pressuposta porque sua influência é relativamente simples e que analisou o custo de produção porque sua influência era menos óbvia.³

III. 1 – O papel da obra de Marshall

Como já foi dito anteriormente, os *Princípios de Economia Política* de J. S. Mill dominaram a academia inglesa desde sua publicação em 1848. No início da década de 1870, entretanto, esta situação de confiança se alterava. O consenso em torno da obra de Mill começa a se quebrar e a Economia Política vê-se sendo atacada por variadas frentes. Passou a haver uma enorme discordância entre os economistas, e fora do seu círculo o conceito desta ciência despencou. (MATTOS, 2010b)

Jevons, principal expoente na Inglaterra da frente teórica de questionamentos à Economia Política Clássica, postulava que se deveria adotar uma teoria subjetiva do valor, na qual este dependa inteiramente da utilidade. Esta proposição ia frontalmente contra a teoria do valor estabelecida, objetiva, e de acordo com a qual o valor de um bem dependia da quantidade de trabalho necessária para sua produção. Jevons afirmava ainda que para se chegar a uma teoria verdadeira seria necessário “(...) deixar de lado, de uma vez por todas, as suposições confusas e absurdas da Escola ricardiana” (JEVONS apud MATTOS, 2010b: 275). Em suma, queria construir a teoria econômica a partir do chão.

Marshall vivenciou de perto esse período de crise da Economia Política Clássica, mas sua atitude moderada e conciliadora em relação aos críticos permitiu a ele angariar os elementos necessários para forjar um novo consenso na disciplina e resgatar o prestígio da Economia, guiando a formação e a prática de mais de uma geração de economistas.

Em seus *Princípios*, Marshall se valeu deliberadamente de um tom bastante diferente do discurso radical de Jevons, frisando sempre o aspecto de continuidade em relação à tradição

³ Embora o objetivo deste artigo não seja especificamente criticar a leitura de Marshall sobre os escritos de Ricardo, nos parece que dizer que neste autor a utilidade seja “absolutamente essencial” para determinação do valor das mercadorias não só é anacrônico como injusto. O que Ricardo diz no primeiro capítulo de seus *Princípios* é que só tem valor de troca aquilo que tem valor de uso (utilidade), e não o que Marshall afirma.

anterior. Segundo ele, as novas teorias têm muito raramente subvertido as antigas, mas as tem completado, estendido e desenvolvido. Sobre a atitude de ruptura de Jevons, afirma que “ele induziu várias pessoas a acreditarem que ele estava corrigindo grandes erros, quando estava somente adicionando explicações muito importantes” (MARSHALL apud MATTOS, 2010b: 277)

Numa época em que as controvérsias sobre a teoria do valor dividiam os economistas, Marshall conseguiu reconciliar o princípio clássico do custo de produção com o princípio da utilidade marginal, introduzindo sua famosa metáfora da “tesoura”, na qual utilidade e custo de produção constituiriam as suas lâminas e conjuntamente determinariam o valor.

A essência do projeto marshalliano foi tentar resgatar o programa de pesquisa da economia clássica, principalmente através do argumento de que as críticas de Jevons não só não destruíam a teoria anterior, como a alternativa proposta, a chamada “teoria marginalista”, não era incompatível com a teoria clássica. Defendia a idéia de que, desde que devidamente interpretadas, ambas poderiam conviver sob o mesmo teto teórico. (FONSECA, 1992)

Marshall, diferentemente de Jevons, não via o surgimento da teoria neoclássica como uma ruptura com a tradição clássica, mas sim um complemento necessário ao que havia de melhor na teoria econômica de Smith a Mill. Existe pouco espaço para a dúvida de que Marshall desejasse, tanto quanto Jevons, promover o conteúdo científico da economia e sua aceitação como disciplina autônoma no mundo acadêmico, mas, para ele, não era necessário renegar o legado dos clássicos para tal. (FONSECA, 1992)

Do ponto de vista teórico, tratava-se de mostrar que a “nova economia” (i.e., a marshalliana) completava em vez de substituir, a economia clássica. E do ponto de vista institucional, era importante deixar claro o caráter cumulativo e progressivo do conhecimento econômico. Para restaurar a credibilidade da economia, dar-lhe um status científico no mundo acadêmico e renovar o senso de confiança dos estudantes no futuro da disciplina, era preciso não abolir o passado, mas sim articular uma nova síntese. Uma síntese na qual haveria lugar não apenas para (a) a economia clássica de Smith, Ricardo e Mill e (b) a teoria da utilidade marginal de Jevons, mas também para (c) o programa de pesquisa da escola histórica, com sua ênfase na investigação empírica e métodos indutivos, e ainda para (d) a filosofia de caráter evolucionista, inspirada nas contribuições científicas de Darwin e nas especulações de Hegel e Spencer. (FONSECA, 1992: 68)

De acordo com Argyrous, há um esforço consciente por parte de Marshall em traçar uma linha de continuidade com os clássicos e aponta três possíveis motivos para essa estratégia: 1) a avaliação de que a idéia de continuidade seria útil para o estabelecimento do marginalismo como

paradigma; 2) a idéia de que a chance de estabelecer um *Tripós*⁴ independente de economia em Cambridge seria maior caso se criasse uma imagem de continuidade na economia; 3) a tentativa de elevar o seu prestígio ao sugerir que as contribuições de Jevons e Walras não teriam sido tão importantes uma vez que os principais elementos da “nova economia” já se encontrariam na tradição anterior. (ARGYROUS apud MATTOS, 2010b)

Independente de quais tenham sido suas motivações, o fato é que, apesar de mostrar simpatia ao projeto de se construir uma grande ciência social, concretamente Marshall reafirma a importância da ciência econômica *vis-à-vis* as pretensões de diluí-la na grande Sociologia. Ele foi o responsável por estabelecer o *Tripós* de Economia em Cambridge, tornando este curso independente daquele de Filosofia Moral, ao qual anteriormente era subordinado.⁵ Com ele, tal ciência (a Economia) adquire o status de saber autônomo cientificamente qualificado, uma área repleta de conceitos não acessíveis aos não iniciados.⁶ (MACHADO, 2007; MATTOS, 2010b)

Marshall representou um marco institucional na história da moderna Economia. Todos os textos anteriores a ele referem-se à matéria tratando-a de "economia política" (*Political Economy*). Foi ele quem, no final do século XIX, abandonou esta expressão e trocou-a por “economia” (*Economics*) no título de sua mais importante obra, *Princípios de Economia* (*Principles of Economics*).

De acordo com Teixeira (2000), o abandono da expressão tradicional “*political economy*” e a adoção de “*economics*” são explicados pelo fato de que a primeira originou-se em associação à política econômica e, portanto, “a processos e decisões que envolvem atores reais no campo da política, suas paixões e interesses” (TEIXEIRA, 2000: 93). A adoção do termo “*economics*” é

⁴ Forma de organização das disciplinas na Universidade de Cambridge. Poderíamos dizer que é o que se conhece por “Cátedras”.

⁵ Quando assumiu a cadeira de Economia Política em Cambridge, esta disciplina fazia parte do *Tripós* de Ciências Morais. Em 1870 este era constituído por Filosofia Moral, Psicologia e Economia Política. Marshall lutou para tornar a economia uma disciplina autônoma uma vez que, para ele, esta ciência estaria perdendo a contribuição de pessoas com mentes científicas, mas sem o gosto pela totalidade das Ciências Morais. Esta foi uma briga que Marshall abraçou com ardor, e seu esforço foi bem-sucedido, pois em 1903 viu finalmente o *Tripós* de Economia ser criado em Cambridge (GROENEWEGEN apud MATTOS, 2010b; MARSHALL apud MATTOS, 2010b)

⁶ É no mínimo estranho Marshall lutar para tornar a Economia independente da Filosofia Moral quando advoga que a primeira é uma parte do estudo do homem e deve estar atenta a estudar as mudanças de sua natureza.

muito mais do que apenas o uso de uma nova denominação, mas é através desse corte que se funda o campo de uma economia teórica, definitivamente separada da economia normativa.⁷

O que é importante aqui reter é que, a partir daí, o escopo e o método da ciência econômica passam a adotar um rumo que a distingue dos caminhos trilhados até então. Na verdade, se considerarmos que a corrente neoclássica ou marginalista funda o *mainstream* da ciência econômica contemporânea, à base de um paradigma que privilegia análise do equilíbrio estático, não há como recusar que os autores clássicos, seja os considerados por Marx, seja os considerados por Schumpeter, formam-lhe a pré-história. A história da ciência econômica contemporânea (Economics), de fato, só começa a existir com Jevons, Menger e Walras, ainda que estes insistissem em usar a velha denominação de economia política. (TEIXEIRA, 2000: 97)

Apesar de o próprio Marshall advogar a continuidade no desenvolvimento da ciência econômica, baseado em sua visão de que o conhecimento progride linearmente, Teixeira imputa-lhe claramente o papel de operador de uma importante ruptura ao consolidar as bases do marginalismo, princípio que domina o pensamento econômico contemporâneo (*mainstream*). Essa diferença se dá justamente porque cada autor está baseado em critérios diferentes ao pensar o mesmo fenômeno, que, para cada um deles, apresenta-se de forma distinta. Essa constatação serve para reforçar a importância e a necessidade deste projeto de pesquisa, que busca tornar explícitas as bases analíticas, filosóficas e/ou epistemológicas que sustentam cada visão.

III. 2 – O legado de Marshall para a História do Pensamento Econômico

A visão de Marshall sobre a HPE tem uma influência muito forte no desenvolvimento teórico posterior. Como exemplo, podemos citar um de seus mais ilustres discípulos, John Maynard Keynes, que escreve na primeira nota de rodapé da *Teoria Geral*, no capítulo I:

Os “economistas clássicos” é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na “escola clássica” os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill, Marshall, Edgeworth e o Prof. Pigou. (KEYNES, 1982 [1936]: 23)

Essa e outras passagens da *Teoria Geral* evidenciam a herança da tradição marshalliana da história do pensamento econômico, adepta da visão de que os neoclássicos nada mais são que uma evolução dos clássicos. A idéia é de que o estado atual da teoria é um aperfeiçoamento dos estágios anteriores.

⁷ É importante fazer uma mediação aqui, pois autores como Smith e Ricardo, apesar de também apresentarem sugestões de política econômica em suas obras, tinham claramente a pretensão de produzir teoria.

A principal marca dessa tradição é enxergar a ciência de forma linear, como um produto definitivo, livre de intervenções metafísicas, preocupações normativas ou juízos de valor. A história do pensamento é vista como mero exercício de satisfazer a curiosidade sobre o passado, já que todas as contribuições relevantes dos clássicos já estariam incorporadas no estado atual da teoria. A HPE é vista como desnecessária do ponto de vista estrito do progresso da ciência. (TOLIPAN, 1982)

V – Uma outra história é possível

Para os que, ao contrário, acreditam que o edifício teórico da ciência econômica progride tanto por acumulação quanto por destruição, e confiam na utilidade de revisões periódicas, revisitar a história do pensamento é sempre uma tarefa proveitosa, e que pode render bons frutos. Como afirma Tolipan (1982):

A História do Pensamento Econômico não deve ser câmara mortuária em que se incensa o mito finalista da ciência. Ao contrário, ela deve ser o estímulo acadêmico à imaginação teórica e à crítica irônica do dogma e deve para isto analisar o modo de construção da ciência. Isto, é claro, obriga a pensar o que foi pensado. Aliás, o novo no mundo das idéias é raras vezes mais que um comentário atual do velho.

Ainda no mesmo sentido de reforçar a importância de uma versão não ortodoxa da história do pensamento econômico, afirma Fonseca que:

(...) é somente mediante o estudo de HPE que podemos alcançar alguma compreensão de como a disciplina se transformou naquilo que é hoje, e isso aumenta o nosso conhecimento dos seus métodos, limites, problemas e resultados. Ninguém pensa num vácuo. (...) A identidade da economia como disciplina intelectual é função de seu passado e das tradições dentro das quais as próprias noções de originalidade e inovação adquirem sentido. **Sem passado, não há criação.** (FONSECA, 1996: 255, grifos nossos)

É neste último campo que a autora pretende exercer sua militância intelectual, resgatando a história do pensamento e sua essencialidade para o entendimento da ciência econômica, e procurando entender as diferentes formas de contar essa história.

A partir da exposição feita aqui sobre a visão de HPE de Alfred Marshall, percebe-se a importância de um olhar crítico não só desta, mas das diversas visões sobre a história do pensamento, sempre procurando explicitar suas bases de sustentação. Muitas confusões podem ser evitadas se procuramos entender que as leituras são diferentes porque estão baseadas em critérios

diferentes. O importante então é tentar estabelecer **quais são os critérios de fato relevantes**, o que remete diretamente ao entendimento sobre o objeto de nossa ciência. Em suma, fica patente que uma investigação mais profunda é necessária, e que esta investigação não está de forma alguma esgotada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Eduardo Giannetti. O Capital Humano na Filosofia Social de Marshall. **Revista de Economia Política**, vol. 12, n. 2 (46), pp. 64-87, abril-junho, 1992.

_____ Reflexões sobre a Historiografia do Pensamento Econômico. **Estudos Econômicos**, vol. 26, n.2, pp. 235-259, maio-agosto, 1996.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1982 [1936].

MACHADO, Luiz. Grandes Economistas XV: Alfred Marshall e a Escola Neoclássica. **Conselho Federal de Economia**, 2007.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia: Tratado Introdutório**. Vol. II. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1890].

MATTOS, Laura Valladão. Alfred Marshall, O Capitalismo e Mudança Social. **XXXVIII Encontro Nacional de Economia**. ANPEC, Salvador, dezembro, 2010a.

_____ Marshall e os críticos à economia política clássica. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 271-292, abril-junho, 2010b.

TEIXEIRA, Aloísio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Econômica**, vol. 2, n. 4, pp. 85-109, dezembro, 2000.

TOLIPAN, Ricardo. **A necessidade da história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, texto para discussão n. 3, 1982.